



Cleia Viana/Câmara

A política na semana

> Jair Bolsonaro tenta aproximação com deputados, mas ainda sofre resistências na Câmara no momento em que se inicia a tramitação da reforma da Previdência

Terminado o período de aquecimento das últimas semanas, Jair Bolsonaro precisa colocar em prática as promessas para melhorar a articulação política, sob pena de sofrer novas derrotas no Congresso Nacional. A última semana foi marcada por gestos do presidente e de integrantes do governo em direção aos parlamentares, insatisfeitos com a falta de diálogo e com a demora na distribuição de cargos e emendas.

A reunião entre Bolsonaro e líderes de partidos foi vista no Congresso como início de uma conversa, uma perspectiva, mas que ainda demanda muitas ações para se sustentar no mundo real. Enquanto a articulação não for resolvida e não houver um fluxo para as demandas de parlamentares, o mau humor continua e não será possível falar em base de apoio ao governo.

Com a instalação das comissões e o início da tramitação da PEC da Nova Previdência, depois do Carnaval, a expectativa entre os deputados é que comecem as conversas mais focadas no preenchimento de cargos no governo via indicações das bancadas, com base nos critérios do Palácio do Planalto.

Esse é um movimento importante, mas que não resolve todo o problema. O Congresso quer divisão de poder com o governo e está vigilante. Caso Bolsonaro não consiga jogar para valer, será emparedado. Talvez o maior problema do presidente hoje seja a dificuldade de interpretar e atender as múltiplas demandas dos parlamentares. O remédio para isso é conversar, fazer política.

Liderança no Congresso

Nesse sentido, Bolsonaro anunciou nesta semana Joice Hasselmann como líder do governo no Congresso. Tarimbada no quesito comunicação e conhecida pela capacidade de mobilização nas redes sociais, a deputada do PSL pode ajudar na árdua tarefa de explicar aos diferentes grupos de interesse a necessidade da reforma e ajudar colegas a falar sobre os pontos mais polêmicos da Nova Previdência em suas bases eleitorais. A inexperiência no jogo das regras e estratégias regimentais, comum a uma parlamentar de primeiro mandato, e o estilo polêmico podem ser fatores negativos na atuação da nova líder.

O que era dado como certo nos bastidores de Brasília foi confirmado pelo pró-



Relatório elaborado pela equipe XP Política

prio presidente nessa semana. O texto da Nova Previdência que chegou ao Congresso será flexibilizado. Com isso, a economia prevista em 10 anos será certamente menor que a projeção da equipe de Paulo Guedes para o texto, R\$ 1,165 trilhão. Bolsonaro já admite ceder em relação à idade mínima para mulheres, que poderia ser reduzida de 62 para 60 anos.

Apesar de as concessões representarem menos efetividade da reforma, o sinal verde para a negociação é uma pista de que o governo reconhece o aborrecimento dos parlamentares e está disposto a dobrar-se em alguns temas para garantir a aprovação.

Para o governo, uma reforma menor do que a idealizada por Paulo Guedes é melhor do que nenhuma. A expectativa de desidratação da PEC foi captada pela pesquisa XP Investimentos com agentes do mercado financeiro, em que foram ouvidas 122 pessoas, entre economistas, gestores e consultores.

A maioria dos entrevistados estima que a reforma da Previdência aprovada pelo Congresso gerará uma economia de R\$ 700 bilhões em 10 anos. O valor é 40% menor que a estimativa do governo para o texto original. A confiança na aprovação da reforma é bastante expressiva. Os interlocutores atribuem probabilidade de 80% de que uma alteração constitucional nas regras da Previdência seja aprovada ainda em 2019.

A resistência a alguns pontos da proposta no Congresso foi confirmada também na pesquisa realizada pela XP com parlamentares. Mesmo com mais de 60% dos congressistas reconhecendo a necessidade de aprovação da reforma da Previdência, apenas 27% disseram apoiar a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens, como prevê o texto enviado pelo governo. Um sentimento geral entre deputados de que é preciso modificar a regras da aposentadoria não garante a aprovação dos principais pontos da proposta.

Nos corredores da Câmara, as principais

queixas ao texto são em relação ao BPC (benefício de prestação continuada), um auxílio pago a idosos de baixa renda, e em relação à aposentadoria rural. No primeiro caso, as alterações elevaram para 70 anos o início do recebimento de um salário mínimo - embora tenham antecipado para 60 anos o primeiro pagamento, estabelecido em R\$ 400. No segundo, houve aumento da idade mínima para mulheres e estabelecimento de tempo mínimo de contribuição.

Responsabilidade Fiscal

Sob olhar atento dos governadores dos estados, o Supremo Tribunal Federal iniciou nesta semana o julgamento de um grupo de ações que contestam trechos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre eles o que possibilita a redução de salário e a exoneração de servidores públicos. Com dificuldades para pagar salários e equilibrar o caixa, alguns estados têm pressionado ministros para liberar as medidas em caráter emergencial. O uso dos dois mecanismos foi suspenso pelo Supremo em 2002, diante da pressão dos servidores assustados com a instabilidade que isso poderia causar.

O texto da Constituição não mudou, mas a situação das contas dos estados sim. A principal restrição dos ministros é criar precedente para flexibilizar direitos adquiridos. Nos bastidores, a expectativa é que o pleito dos governadores seja atendido, pelo menos em parte, principalmente depois da decisão que confirmou a participação dos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Havia dúvida sobre eventual impedimento dos dois, por terem atuado como advogado-geral da União no passado. Na última quarta-feira (27), advogados das partes, a AGU e a Procuradoria-Geral da República se pronunciaram no plenário, e o julgamento foi suspenso.

Depois do Carnaval, o ministro Dias Toffoli, presidente da Corte, vai anunciar nova data para a retomada da sessão, com o voto do relator ministro Alexandre de Moraes. O tema controverso, no entanto, deve resultar em um julgamento extenso e pouco previsível.

- 1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.
- 2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.
- 3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.
- 4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.
- 5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.
- 6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.
- 7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: www.xpi.com.br.

XP POLÍTICA

Daniel Cunha
Diretor de Análise e Estratégia

Richard Back
Analista Político Chefe

Paulo Gama
Analista Político

Victor Scalet
Analista Político

Debora Santos
Analista Político

Erich Decat
Analista Político



@opaulogama



XP Frequência Política